



# **SIMULADO ESPECIAL** **LEI CONTRA A TORTURA**



REFERÊNCIA EM MENTORIA E COACHING PARA CONCURSOS POLICIAIS



## INTRODUÇÃO:

Prezados alunos, este mini simulado contém **acerca da Lei contra a Tortura** e visa prepará-los para o tão esperado dia da prova.

O presente simulado faz parte do processo de Mentoria e Coaching do Canal Carreiras Policiais e, ao final das questões, trazemos o gabarito e os comentários de cada alternativa.

Muito importante que, no relatório seguinte a realização deste simulado, você informe ao seu mentor o quantitativo de acertos. Combinado?

**Vamos ao treino prático?**

## QUESTÕES - LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997.

**1.Ano: 2020 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPE-CE**

A respeito da Lei de Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/1997), julgue o próximo item.

A Lei de Crimes de Tortura, ao prever sua incidência mesmo sobre crimes que tenham sido cometidos fora do território nacional, estabelece hipótese de extraterritorialidade incondicionada.

**2.Ano: 2018 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: STJ**

Tendo como referência a legislação penal extravagante e a jurisprudência das súmulas dos tribunais superiores, julgue o item que se segue.

A condenação pela prática de crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício por prazo igual ao da pena aplicada.

**3.Ano: 2015 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: DEPEN**

Com base na Lei Antitortura e na Lei contra Abuso de Autoridade, julgue o item subsequente.

**SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Um servidor público federal, no exercício de atividade carcerária, colocou em perigo a saúde física de preso em virtude de excesso na imposição da disciplina, com a mera intenção de aplicar medida educativa, sem lhe causar sofrimento.

**ASSERTIVA:** Nessa situação, o referido agente responderá pelo crime de tortura.

**4.Ano: 2015 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: DPU**

Em relação aos crimes contra a fé pública, aos crimes contra a administração pública, aos crimes de tortura e aos crimes contra o meio ambiente, julgue o item a seguir.

Caracteriza uma das espécies do crime de tortura a conduta consistente em, com emprego de grave ameaça, constranger outrem em razão de discriminação racial, causando-lhe sofrimento mental.

**5.Ano: 2000 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Polin AMF 792 rederal73E19.6t0.00000912 C**

Agentes de polícia civil prenderam um ladrão de automóveis em flagrante delito e, para conseguir informações sobre a quadrilha de que ele participava, disseram-lhe que ele sofreria graves consequências caso não entregasse imediatamente seus cúmplices. Intimidado, o preso entregou o nome de seus comparsas. Nessa situação, os policiais não cometeram crime de tortura, que somente se consuma com a violência, não bastando para a sua caracterização a existência de uma ameaça, ainda que grave.

**7.Ano: 2013 Banca: CESPE / CEBRASPE  
Órgão: PC-DF**

Julgue o item que se segue, acerca da legislação especial criminal.

O agente público que submeter pessoa presa a sofrimento físico ou mental, ainda que por intermédio da prática de ato previsto em lei ou resultante de medida legal, praticará o crime de tortura.

**8.Ano: 2013 Banca: CESPE / CEBRASPE  
Órgão: PC-DF**

**Considere a seguinte situação hipotética:** O agente carcerário X dirigiu-se ao escrivão de polícia Y para informar que, naquele instante, o agente carcerário Z estava cometendo crime de tortura contra um dos presos e que Z disse que só pararia com a tortura depois de obter a informação desejada.

Nessa situação hipotética, se nada fizer, o escrivão Y responderá culposamente pelo crime de tortura.

**9.Ano: 2013 Banca: CESPE / CEBRASPE  
Órgão: PRF**

om fundamento na legislação que define os crimes de tortura e de tráfico de pessoas, julgue os itens a seguir.

Para que um cidadão seja processado e julgado

por crime de tortura, é prescindível que esse crime deixe vestígios de ordem física.

**10.Ano: 2013 Banca: CESPE / CEBRASPE  
Órgão: DEPEN**

Em cada um dos itens de 33 a 36 é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965 e na Lei n.º 9.455/1997.

Joaquim, agente penitenciário federal, foi condenado, definitivamente, a uma pena de três anos de reclusão, por crime disposto na Lei n.º 9.455/1997. Nos termos da referida lei, Joaquim ficará impedido de exercer a referida função pelo prazo de seis anos.

**11.Ano: 2013 Banca: CESPE / CEBRASPE  
Órgão: PC-BA**

Determinado policial militar efetuou a prisão em flagrante de Luciano e o conduziu à delegacia de polícia. Lá, com o objetivo de fazer Luciano confessar a prática dos atos que ensejaram sua prisão, o policial responsável por seu interrogatório cobriu sua cabeça com um saco plástico e amarrou-o no seu pescoço, asfixiando-o. Como Luciano não confessou, o policial deixou-o trancado na sala de interrogatório durante várias horas, pendurado de cabeça para baixo, no escuro, período em que lhe dizia que, se ele não confessasse, seria morto. O delegado de polícia, ciente do que ocorria na sala de interrogatório, manteve-se inerte. Em depoimento posterior, Luciano afirmou que a conduta do policial lhe provocara intenso sofrimento físico e mental.

**Considerando a situação hipotética acima e o disposto na Lei Federal n.º 9.455/1997, julgue o item subsequente.**

O delegado não pode ser considerado coautor ou partícipe da conduta do policial, pois o crime de tortura somente pode ser praticado de forma comissiva.

**12.Ano: 2004 Banca: CESPE / CEBRASPE**  
**Órgão: Polícia Federal**

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um agente de polícia civil foi condenado a 6 anos de reclusão pela prática de tortura contra preso que estava sob sua autoridade. Nessa situação, o policial condenado deve perder seu cargo público e, durante 12 anos, se-lhe-á vedado exercer cargos, funções ou empregos públicos.

**13.Ano: 2012 Banca: CESPE / CEBRASPE**  
**Órgão: Polícia Federal**

**A respeito das leis especiais, julgue os itens a seguir:**

O policial condenado por induzir, por meio de tortura praticada nas dependências do distrito policial, um acusado de tráfico de drogas a confessar a prática do crime perderá automaticamente o seu cargo, sendo desnecessário, nessa situação, que o juiz sentenciante motive a perda do cargo.

**14.Ano: 2009 Banca: CESPE / CEBRASPE**  
**Órgão: PC-ES**

O artigo que tipifica o crime de maus-tratos previsto no Código Penal foi tacitamente revogado pela Lei da Tortura, visto que o excesso nos meios de correção ou disciplina passou a caracterizar a prática de tortura, porquanto também é causa de intenso sofrimento físico ou mental.

**15.Ano: 2010 Banca: CESPE / CEBRASPE**  
**Órgão: MPU**

O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

**GABARITO - LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997.**

**1.Ano: 2020 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPE-CE**

A respeito da Lei de Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/1997), julgue o próximo item.

A Lei de Crimes de Tortura, ao prever sua incidência mesmo sobre crimes que tenham sido cometidos fora do território nacional, estabelece hipótese de extraterritorialidade incondicionada.

**GABARITO COMENTADO: Certo.**  
Extraterritorialidade incondicionada Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

**2.Ano: 2018 Banca: CESPE / CEBRASPE**  
**Órgão: STJ**

Tendo como referência a legislação penal extravagante e a jurisprudência das súmulas dos tribunais superiores, julgue o item que se segue.

A condenação pela prática de crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício por prazo igual ao da pena aplicada.

**GABARITO COMENTADO: Errado. Dobro do prazo Art.1 § 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.**

**3.Ano: 2015 Banca: CESPE / CEBRASPE**  
**Órgão: DEPEN**

Com base na Lei Antitortura e na Lei contra Abuso de Autoridade, julgue o item subsequente.

**SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Um servidor público federal, no exercício de atividade carcerária, colocou em perigo a saúde física de preso em virtude de excesso na imposição da disciplina, com a mera intenção de aplicar medida educativa, sem lhe causar sofrimento.

**ASSERTIVA:** Nessa situação, o referido agente responderá pelo crime de tortura.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. Art. 1º Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa. TORTURA x MAUS TRATOS TORTURA: O DOLO do agente é o de causar padecimento. Não tem cunho educativo. O que motiva o torturador é a vontade de fazer a vítima sofrer por sadismo, ódio, desnecessariamente. MAUS TRATOS: DOLO do agente tem caráter educativo. Visa repreender uma indisciplina. O elemento subjetivo é o animus corrigendi ou disciplinandi.

**4.Ano: 2015 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: DPU**

Em relação aos crimes contra a fé pública, aos crimes contra a administração pública, aos crimes de tortura e aos crimes contra o meio ambiente, julgue o item a seguir.

Caracteriza uma das espécies do crime de tortura a conduta consistente em, com emprego de grave ameaça, constranger outrem em razão de discriminação racial, causando-lhe sofrimento mental.

**GABARITO COMENTADO:** Certo. Art. 1º Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; (Tortura-prova ou tortura persecutória) b) para provocar ação ou omissão

de natureza criminosa; (Tortura para a prática de crime ou tortura-crime) c) em razão de discriminação racial ou religiosa; (Tortura discriminatória ou tortura-racismo)

**5.Ano: 2000 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Polícia Federal**

O agente penitenciário que detém a guarda de um sentenciado e, como forma de aplicar-lhe um castigo, o ameaça de morte e o submete a intenso sofrimento físico com o emprego de choques elétricos e submersão em água para asfixia parcial, causando-lhe lesões corporais simples, responde pelo crime de tortura, que absorve os de ameaça e de lesões corporais.

**GABARITO COMENTADO:** Certo Princípio da consunção ou absorção reza que o crime fim absorve o crime meio, ou seja, o crime mais grave absorve o crime menos grave. O crime de tortura absorve o crime de lesão corporal, ameaça, abuso de autoridade dentre outros. Art.1º II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

**6.Ano: 2004 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Polícia Federal**

Em cada um do item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada:

Agentes de polícia civil prenderam um ladrão de automóveis em flagrante delito e, para conseguir informações sobre a quadrilha de que ele participava, disseram-lhe que ele sofreria graves consequências caso não entregasse imediatamente seus cúmplices. Intimidado, o preso entregou o nome de seus comparsas. Nessa situação, os policiais não cometeram crime de tortura, que somente se consuma com a violência, não bastando para a sua caracterização a existência de uma ameaça, ainda que grave.

**GABARITO COMENTADO:** Errado Art. 1º  
Constitui crime de tortura: I - Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

**7.Ano: 2013 Banca: CESPE / CEBRASPE**  
**Órgão: PC-DF**

Julgue o item que se segue, acerca da legislação especial criminal.

O agente público que submeter pessoa presa a sofrimento físico ou mental, ainda que por intermédio da prática de ato previsto em lei ou resultante de medida legal, praticará o crime de tortura.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. Art. 1º  
Constitui crime de tortura: I - Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental.

**8.Ano: 2013 Banca: CESPE / CEBRASPE**  
**Órgão: PC-DF**

**Considere a seguinte situação hipotética:**  
O agente carcerário X dirigiu-se ao escrivão de polícia Y para informar que, naquele instante, o agente carcerário Z estava cometendo crime de tortura contra um dos presos e que Z disse que só pararia com a tortura depois de obter a informação desejada.

Nessa situação hipotética, se nada fizer, o escrivão Y responderá culposamente pelo crime de tortura.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. NÃO HÁ DE SE FALAR EM TORTURA CULPOSA. Somente se pune a tortura a título de dolo. Art. 1º § 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou

apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

**9.Ano: 2013 Banca: CESPE / CEBRASPE**  
**Órgão: PRF**

om fundamento na legislação que define os crimes de tortura e de tráfico de pessoas, julgue os itens a seguir.

Para que um cidadão seja processado e julgado por crime de tortura, é prescindível que esse crime deixe vestígios de ordem física.

**GABARITO COMENTADO:** Certo.  
I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosas; c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

**10.Ano: 2013 Banca: CESPE / CEBRASPE**  
**Órgão: DEPEN**

Em cada um dos itens de 33 a 36 é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965 e na Lei n.º 9.455/1997.

Joaquim, agente penitenciário federal, foi condenado, definitivamente, a uma pena de três anos de reclusão, por crime disposto na Lei n.º 9.455/1997. Nos termos da referida lei, Joaquim ficará impedido de exercer a referida função pelo prazo de seis anos.

**GABARITO COMENTADO:** Certo. A condenação por crime de tortura acarreta a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada, nos termos do art. 1º, §5º

**11.Ano: 2013 Banca: CESPE / CEBRASPE**  
**Órgão: PC-BA**

Determinado policial militar efetuou a prisão em flagrante de Luciano e o conduziu à delegacia de polícia. Lá, com o objetivo de fazer Luciano confessar a prática dos atos que ensejaram sua prisão, o policial responsável por seu interrogatório cobriu sua cabeça com um saco plástico e amarrou-o no seu pescoço, asfixiando-o. Como Luciano não confessou, o policial deixou-o trancado na sala de interrogatório durante várias horas, pendurado de cabeça para baixo, no escuro, período em que lhe dizia que, se ele não confessasse, seria morto. O delegado de polícia, ciente do que ocorria na sala de interrogatório, manteve-se inerte. Em depoimento posterior, Luciano afirmou que a conduta do policial lhe provocara intenso sofrimento físico e mental.

**Considerando a situação hipotética acima e o disposto na Lei Federal n.º 9.455/1997, julgue o item subsequente.**

O delegado não pode ser considerado coautor ou partícipe da conduta do policial, pois o crime de tortura somente pode ser praticado de forma comissiva.

**GABARITO COMENTADO: Errado. O crime de tortura PODE ser de forma OMISSIVA. § 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.**

**12.Ano: 2004 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Polícia Federal**

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um agente de polícia civil foi condenado a 6 anos de reclusão pela prática de tortura contra preso que estava sob sua autoridade. Nessa situação, o policial condenado deve perder seu cargo público e, durante 12 anos, se-lhe-á vedado exercer cargos, funções ou empregos públicos.

**GABARITO COMENTADO: Certo.**

Tortura: pena em dobro

Lavagem de capitais: pena em dobro

Organização criminosa: pena de 8 anos

Abuso de autoridade: 3 anos

**13.Ano: 2012 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Polícia Federal**

**A respeito das leis especiais, julgue os itens a seguir:**

O policial condenado por induzir, por meio de tortura praticada nas dependências do distrito policial, um acusado de tráfico de drogas a confessar a prática do crime perderá automaticamente o seu cargo, sendo desnecessário, nessa situação, que o juiz sentenciante motive a perda do cargo.

**GABARITO COMENTADO: Certo. Os efeitos da condenação na lei de tortura são automáticos, não precisa ser motivadamente declarado na sentença.**

**14.Ano: 2009 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PC-ES**

O artigo que tipifica o crime de maus-tratos previsto no Código Penal foi tacitamente revogado pela Lei da Tortura, visto que o excesso nos meios de correção ou disciplina passou a caracterizar a prática de tortura, porquanto também é causa de intenso sofrimento físico ou mental.

**GABARITO COMENTADO: Errado. A tortura pressupõe o intenso sofrimento físico ou mental com objetivo de castigo ou medida de caráter preventivo. Nos maus tratos não há se falar em intenso sofrimento físico ou mental, tendo o objetivo de educação, ensino, tratamento ou custódia.**

**15.Ano: 2010 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPU**

O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

**GABARITO COMENTADO:** Certo.

Art.1 § 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.